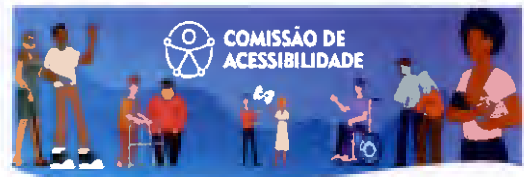




## ATA DE REUNIÃO

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às 14:30h, na Sala de Reunião situada no 3º Andar, do Anexo II, do Edifício Advogado Pedro Milton de Brito, do Complexo do Tribunal de Justiça da Bahia, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, sob presidência de Sua Excelência, o Desembargador **JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA**, conforme Decreto Judiciário nº. 79/2022, publicado no DJE de 10 de fevereiro do ano em curso, para tratar de assuntos da mencionada Comissão. Justifica-se a ausência do Desembargador João Bosco de Oliveira Seixas, em razão da sessão extraordinária da Turma Criminal, na qual tem assento Sua Excelência. Presentes os Juízes Rilton Goes Ribeiro, Elbia Rosane Souza Araújo, Maria do Rosário Passos da Silva Calixto e Marielza Maués Pinheiro Lima, bem como os servidores constantes da lista anexa. **1.** Inicialmente, o eminente Desembargador Julio Travessa comunicou aos integrantes da Comissão que o Relatório relativamente às comarcas de entrâncias Inicial e Intermediárias ainda não estava concluído, tendo em vista que 04 (quatro) Magistrados não encaminharam as informações, referentes às comarcas de **Araci, Candeias, Iguai e Tremendal**. Ou seja, foram prestadas 75 (setenta e cinco) informações pelos Juízes. Concedida a palavra à Dra. Elbia Araújo, esta sugeriu que nos próximos questionários seja elaborado um formulário de pesquisa, a fim de facilitar as respostas, bem como fosse detalhado, quando da pesquisa a ser realizada nas comarcas de entrância final, acerca dos Intérpretes em Libras. Além disso, sugeriu-se que fosse convocado pelo Presidente do Tribunal de Justiça os juízes e servidores de



cada comarca para participação nos cursos respectivos, em atendimento à Recomendação nº. 101/2021, do CNJ, que recomendou aos tribunais a adoção de medidas específicas para o fim de garantir o acesso à Justiça aos excluídos digitais, **preferencialmente**, pelo sistema EAD, através da UNICORP, devendo, inclusive, ser reiterado ofício anteriormente encaminhado ao seu Diretor, o Dr. Paulo Roberto, para empreender esforços no sentido de concluir a 1ª Turma de formação, bem como disponibilizar novas inscrições para Magistrados e Servidores do PJBA. **2.** O Presidente comunicou que foram solicitadas 02 (duas) cadeiras de rodas para as comarcas de **Catu e Jaguarari**, cujos pedidos já foram atendidos pelo CODIS, com imediata remessa àquelas unidades judiciárias. **3.** Os integrantes aprovaram, à unanimidade, a solicitação da Dra. Marielza Maués para que o Sr. **Jaime Córdova** compareça à próxima reunião, a fim de que possa expor o projeto de formação e treinamento para auxiliar no desenvolvimento individual nas instituições, visando o acolhimento das pessoas com deficiência. **4.** Aprovado o **Calendário Temático** apresentado pela Dra. Élbias Araújo, a partir das telas exibidas, desde o mês de abril do ano em curso, ressalvando que poderá haver alteração para acrescentar as datas alusivas à temática de acessibilidades dos meses anteriores, isto é, de janeiro à março, anualmente. **5.** A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), por meio do seu representante, Engenheiro Wilian Coutinho, informou que o sanitário destinado à pessoa com deficiência (PCD) está localizado no Centro Odontológico, do Anexo I, do Complexo do TJBA, devendo ser divulgado pela ASCOM, a fim de dar ampla publicização ao público interno, inclusive de que existem noutros pavimentos, do referido prédio, 02 (dois) sanitários específicos para aquele público. Contudo, a DEA e suas respectivas coordenações (CPROJ e COOBA) elaborarão projeto para viabilidade de transformação do sanitário situado no térreo, do Anexo I,



transformando-o para as pessoas com deficiência, cujo estudo deverá ser apresentado na próxima reunião. Ademais, deverá ser plotada a porta do referido sanitário, pela CPROJ, na pessoa do Sr. Bruno Bellas, visando a utilização adequada pelo público-alvo. No que tange ao piso tátil do Átrio do Edifício-Sede e do Anexo II, do Complexo do TJBA, noticiou o Diretor que houve a recolocação e ampliação da feitura da obra; também, no que toca à UNICORP, até o mês de maio próximo, deverá ser finalizado naquela unidade a colocação do referido piso; por fim, no que tange à rampa de acesso do Anexo do Fórum Ruy Barbosa, que liga ao Orlando Gomes, a servidora Diva assume o compromisso de agendar uma visita ao local com o Diretor Wilian Coutinho. **6.** Fora concedida a palavra ao Secretário de Administração, Dr. Fabrício Ferreira, para expor a necessidade de implantação/instalação das Plataformas Elevatórias nas seguintes comarcas: **Conceição do Almeida, Amargosa, Cachoeira, Oliveira dos Brejinhos, Jaguarari, Campo Formoso e Esplanada**, tendo em vista que o Salão do Júri está situado no pavimento superior das citadas unidades judiciárias. Houve aprovação, sem ressalva, devendo ser, inclusive, adotado o mesmo procedimento nas comarcas em situação idêntica, conforme fundamentos expostos na assentada. Informou-se, também, que o Auditório do Tribunal de Justiça da Bahia está 100% acessível, sendo necessário apenas e tão somente a adaptação do sanitário PCD até o mês de julho do ano em curso, cuja execução será gerenciada pela Coordenação de Obras. Ademais, segundo o Cronograma de Obras para os anos de 2022/2023, certamente, 220 (duzentas e vinte) unidades, abrangidas pela Justiça Comum e Juizados Especiais, estarão plenamente acessíveis, observando-se a Recomendação nº. 401/2021, do CNJ, de modo que, atualmente, existem apenas 07 (sete) pendências, em face da necessidade de implantação das Unidades Gestoras (UG's). O Diretor Wilian



Coutinho informou que os elevadores do Complexo do Tribunal de Justiça da Bahia encontram-se com a sonorização e sensores de presença devidamente regularizados. No que tange ao Tribunal Pleno, em face das necessidade de atendimento das regras de acessibilidade, os servidores Diva e Bruno Bellas deverão empreender esforços para apresentação de relatório conclusivo até a próxima reunião, bem assim com referência às vagas destinadas às pessoas com deficiência, para aplicação da MULTA MORAL, esta aprovada, à unanimidade pelos integrantes na última reunião de março passado. **A próxima reunião fica, de logo, agendada para o dia 16 de maio do ano em curso, às 14:30h, em sala do Anexo II, sendo que, posteriormente, haverá aviso específico no grupo de whatsapp.** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, às 16:35, sendo, inclusive, gravada no seguinte endereço: Eu, José Janilson de Gois Barreto, na condição de secretário designado, lavrei a presente ata que será assinada pelo Presidente desta Comissão.//////////

**Desembargador JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA**

**Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**